



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**  
**PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE UNAÍ-MG**  
**EDITAL 001/2023**

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

**CADERNO DE PROVA**

(Questões 1-20)

1 - No que tange ao direito à liberdade preconizado pela Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, devem ser compreendidos, dentre outros, os seguintes aspectos:

- I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II – crença e culto religioso;
- III – brincar, praticar esportes e divertir-se;
- IV – participar da vida política, na forma da lei.

Estão corretas:

- a) I, II e III
- b) I, III e IV
- c) II, III e IV
- d) I, II e IV
- e) Todas estão corretas

2– A Lei 14.344/2022, em seu artigo 13, prevê que no atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá tomar as seguintes providências, EXCETO:

- a) encaminhar a vítima ao Sistema Único de Saúde e ao Instituto Médico-Legal imediatamente;
- b) encaminhar a vítima, os familiares e as testemunhas, caso sejam crianças ou adolescentes, ao Conselho Tutelar para os encaminhamentos necessários, inclusive para a adoção das medidas protetivas adequadas;
- c) garantir proteção policial, quando necessário, comunicados de imediato o Ministério Público e o Poder Judiciário;

- d) fornecer transporte para a vítima e, quando necessário, para seu responsável ou acompanhante, para serviço de acolhimento existente ou local seguro, quando houver risco à vida;
- e) recolher em caráter emergencial a criança e o adolescente para sua proteção.

3 - O artigo 16 da Lei 14.344/2022 determina que as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas:

- a) pelo juiz;
- b) pelo Ministério Público;
- c) pela autoridade policial;
- d) pelo Conselho Tutelar;
- e) todas as alternativas anteriores.

4 – De acordo com a Lei 13.431/2017:

( ) Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade;

( ) Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária;

( ) A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento, somente quando estiver desacompanhado dos pais ou responsável;

( ) A escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência;

( ) O depoimento especial reger-se-á por protocolos e será realizado sempre por várias vezes, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.

Julgando as sentenças como verdadeiras ou falsas, assinale a alternativa correta:

- a) V, V, F, F e F
- b) V, V, F, V e F
- c) F, F, V, V e V
- d) F, V, V, F e V
- e) Todas são verdadeiras.

5 – Para os efeitos da Lei 13.257/2016, considera-se primeira infância o período que abrange:

- a) os primeiros 4 (quatro) anos completos ou 48 (quarenta e oito) meses de vida da criança;
- b) os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança;
- c) os primeiros 2 (dois) anos completos ou 24 (vinte e quatro) meses de vida da criança;
- d) os primeiros 8 (oito) anos completos ou 96 (noventa e seis) meses de vida da criança;
- e) os primeiros 12 (doze) anos completos ou 144 (cento e quarenta e quatro) meses de vida da criança.

6 – De acordo com a Lei 12.318/2010 considera-se ato de alienação parental a interferência na formação \_\_\_\_\_ da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Assinale a alternativa que completa a lacuna corretamente:

- a) moral
- b) física
- c) espiritual
- d) social
- e) psicológica

7 – De acordo com a Lei Municipal 2.981/2015 são corretas as seguintes afirmações, EXCETO:

- a) As penalidades de suspensão do exercício da função e de destituição do mandato poderão ser aplicadas ao Conselheiro Tutelar nos casos de descumprimento de suas atribuições, prática de crimes que comprometam sua idoneidade moral ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade;
- b) As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas às formalidades legais têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata;
- c) O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, conforme previsão legal;
- d) A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, permitindo no entanto, o exercício concomitante de outras funções desde que não comprometa a função de conselheiro tutelar;

- e) No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o qual deve manter uma relação de parceria, essencial ao trabalho conjunto dessas duas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

8 – R. de 32 anos e J. de 36 anos, são pais de um menino e uma menina, de 7 e 5 anos respectivamente, estão divorciados há 2 anos, porém mantém boa convivência. R. conheceu M.J., de 18 anos no grupo da igreja. M.J. não tem pais e mora de favor na casa de conhecidos. Os filhos de R. e J. afeiçoaram-se a M.J., o que fez J. concordar em adotá-la conjuntamente com R.. Apesar de M.J. querer muito fazer parte da família, de acordo com a Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, não será possível a adoção porque:

- a) R. e J. são divorciados e não mantém união estável;
- b) A intenção na adoção de M.J. foi posterior ao divórcio;
- c) R., a adotante é apenas 14 anos mais velha que M.J., a adotada;
- d) M.J. tem 18 anos;
- e) Todas as alternativas estão corretas.

9 – De acordo com o artigo 56 da Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange ao dever dos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, será comunicado ao Conselho Tutelar os casos de:

- I – maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II – indisciplina e desrespeito aos professores e funcionários;
- III – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- IV – elevados níveis de repetência.

Assinale a alternativa:

- a) I, II, e IV estão corretas;
- b) I, III, e IV estão corretas;
- c) I, II e III estão corretas;
- d) Apenas a I está correta;
- e) Todas estão corretas.

10 – O \_\_\_\_\_, através do \_\_\_\_\_, regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada. (artigo 74 da Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente).

Complete as lacunas:

- a) Juizado – Ministério Público
- b) Ministério Público – Conselho Tutelar
- c) Poder Público – Órgão Competente
- d) Juizado – Órgão competente
- e) Poder Público – Conselho Tutelar

11 – Com relação a inserção de criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, sua permanência não se prolongará por mais de \_\_\_\_\_, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (Artigo 19, §2º da Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente)

- a) 06 (seis) meses;
- b) 12 (doze) meses;
- c) 18 (dezoito) meses;
- d) 24 (vinte e quatro) meses;
- e) 36 (trinta e seis) meses.

12 – No que diz respeito à família substituta preconizada no artigo 28 da Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, estão corretas as seguintes disposições, EXCETO:

- a) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos da Lei 8.069/1990;
- b) Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado;
- c) A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial;
- d) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida habitual, somente admissível na modalidade de tutela;
- e) Ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos.

13 - Com relação à prática de ato infracional por criança e (ou) adolescente e aos procedimentos legais decorrentes previstos na Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada;
- b) A prestação de serviços à comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais;
- c) A liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor;
- d) A medida de semiliberdade não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação;
- e) A medida de internação, em nenhuma hipótese, poderá exceder o período máximo de três anos.

14 - F. adolescente de 16 anos de idade, foi apreendido em flagrante cometendo ato infracional análogo ao crime de roubo, nesse caso, de acordo com a Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa CORRETA:

- a) F. deverá ser encaminhado imediatamente ao Conselho Tutelar;
- b) A autoridade policial poderá substituir a lavratura do auto de apreensão por boletim de ocorrência circunstanciado;
- c) Somente mediante comparecimento de ambos os pais, conjuntamente, F. poderá ser prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato;
- d) Em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará F. ao estabelecimento prisional mais próximo de sua residência, até sua apresentação ao representante do Ministério Público;
- e) F. não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade.

15 - Com base na Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, avalie os itens a seguir e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

I – Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores e, a falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para perda ou suspensão do poder familiar;

II – A gestante ou mãe que manifestar interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude;

III – Os filhos, ainda que por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, com exceção daqueles havidos fora do casamento;

IV – A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente;

V – A condenação criminal do pai ou da mãe, em regra, implicará a destituição do poder familiar.

- a) Todos os itens são verdadeiros;
- b) Apenas os itens I, II, e IV são verdadeiros;
- c) Apenas os itens II e IV são verdadeiros;
- d) Apenas os itens III e V são verdadeiros;
- e) Apenas os itens IV e V são verdadeiros.

16 – M. trabalha como babá da criança J. de 05 anos e presenciou, por diversas vezes, violência física por parte do pai, seu empregador, que agride o filho com tapas e chutes dizendo: “tem que apanhar para aprender a respeitar”. Incomodada com a situação, M. não sabe o que fazer. Assinale a alternativa CORRETA de acordo com a Lei 14.344/2022.

- a) Por se tratar de meios de correção e disciplina utilizados pelo pai da criança, M. não pode interferir;
- b) M. pode comunicar os fatos ao Conselho Tutelar desde primeiro comunique à mãe da criança;
- c) M. tem o dever de guardar sigilo profissional;
- d) M. tem o dever de comunicar os fatos às autoridades competentes, podendo, inclusive, responder criminalmente caso se omita;
- e) M. pode comunicar os fatos às autoridades competentes caso queira e tenha provas.

17 - H. adolescente de 17 anos de idade, reside com a tia na cidade Beta e pretende viajar para a cidade Alfa, em outro estado da federação, para visitar sua mãe, de acordo com o que prevê a Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a autorização para viajar, assinale a alternativa CORRETA:

- a) H. poderá viajar para fora da comarca em que reside desacompanhada dos pais ou responsáveis e sem expressa autorização judicial;
- b) H. não poderá viajar para fora da comarca em que reside desacompanhada dos pais ou responsáveis enquanto não completar 18 anos;
- c) H. poderá viajar desacompanhada para fora da comarca em que reside desde que com autorização expressa do pai, mãe ou responsável;
- d) H. somente poderá viajar para fora da comarca em que reside acompanhada por pessoa maior e com expressa autorização do pai, mãe ou responsável;
- e) Tratando-se de outro estado da federação é necessário que H. tenha autorização judicial para viajar.

18 - É crime previsto na Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, EXCETO:

- a) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento;
- b) Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista em Lei;
- c) Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente;
- d) Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere;
- e) Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica.

19 - São atribuições do Conselho Tutelar, de acordo com a Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, EXCETO:

- a) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- b) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- c) Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- d) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;



e) Determinar, verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

20 - De acordo com o que prevê a Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, julgue as sentenças como verdadeiras ou falsas e assinale a alternativa correta:

- ( ) é proibido qualquer tipo de trabalho aos menores de 16 anos de idade;
- ( ) ao adolescente empregado é vedado o trabalho noturno;
- ( ) adolescente portador de deficiência não pode trabalhar;
- ( ) adolescente com 14 anos pode trabalhar na condição de aprendiz;
- ( ) ao adolescente aprendiz é assegurado direitos trabalhistas, todavia, não possui direitos previdenciários.

- a) F, V, F, V, F
- b) V, V, F, F, F
- c) F, F, V, V, F
- d) V, F, F, V, V
- e) V, F, V, F, V